Trajetórias de Vida: um conceito em construção

Life trajectories: a concept under construction

Marco Antonio Couto Marinho¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar um debate teórico e metodológico a respeito da construção de conhecimento social na sociedade contemporânea, a partir do conceito de *trajetória de vida*. Para tanto, são apresentados os argumentos teóricos que sustentam tal perspectiva e, ao mesmo tempo, são apresentadas também as questões de ordem prática, pensadas para a operacionalização do conceito por meio do exercício da pesquisa social aplicada, tendo como ênfase algumas abordagens específicas tais como a biográfica e a etnográfica. Muito mais que um conjunto de técnicas de pesquisa, a *trajetória de vida* representa então uma perspectiva colocada frente à construção do conhecimento social. Uma abordagem como esta visa reconhecer as inúmeras facetas deste processo construtivo / narrativo que denominamos em geral por *ciência*, indistintamente do campo ou área do conhecimento a que possa ser aplicada. A construção de *trajetórias de vida* envolve também a compreensão da relação *corpo e sociedade*, do tempo de vida social dos indivíduos, representados no conceito de *fases da vida* tendo como foco analítico a *fase juvenil*. Trata-se de propor um *desafio* e ao mesmo tempo uma possibilidade frente à construção do conhecimento social nos contextos contemporâneos.

Palavras Chave: Trajetória de vida. Construção do Conhecimento Social. Prática da pesquisa social.

ABSTRACT

The present article aims to present a theoretical and methodological debate about the construction of social knowledge in contemporary society based on the concept of life trajectory. In order to do so, the theoretical arguments that support this perspective are presented and, at the same time, practical questions are also presented for the operationalization of the concept through the exercise of applied social research, with emphasis on specific approaches such as Biographical and ethnographic. Much more than a set of research techniques, the life trajectory then represents a perspective placed before the construction of social knowledge. An approach such as this, aims to recognize the many facets of this constructive / narrative process that we generally call science, regardless of the field or area of knowledge to which it can be applied. The construction of life trajectories also involves the understanding of the relation body and society, of the social life time of the individuals, represented in the concept of phases of life having as analytical focus the juvenile phase. It is a question of proposing a challenge and at the same time a possibility against the construction of social knowledge in contemporary contexts.

Keywords: Life trajectory. Social Knowledge Construction. Social research practice.

¹ Geógrafo, Mestre e Doutor em Ciências Sociais pela PUC Minas, possui experiência em realização e coordenação de pesquisas socioespaciais no ambiente urbano e metropolitano, atualmente faz Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - PPGPS/UENF.

Recebido em: 14 /07 /2017

Aceito em: 05/10/2017

1 INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo discutir teoricamente e metodologicamente a construção de um conceito, *trajetória de vida*², que, ao mesmo tempo, representa uma prática de pesquisa social aplicada. Trata-se de uma proposta que visa à superação de paradigmas fundamentados em perspectivas dicotômicas, como se teoria e prática fossem coisas dissociadas, corroborando o pressuposto da indissociabilidade entre o individual e o social, sendo a “realidade social” a dialética desta relação permanente (BERGER; LUCKMANN, 1999), como fenômeno social total (MAUSS, 2003). É justamente sobre este ponto de conectividade se busca avançar, pois ainda é frequente e comum perceber no discurso e na prática de trabalho adotada por estudantes e até mesmo pesquisador (a)es renomados a perspectiva *pseudocientífica* ou *anticientífica* que se expressam pelas consagradas frases ditas nos corredores das universidades: “a teoria é uma coisa, a prática é outra”.

Nesse sentido, o conceito de *trajetória de vida* busca aqui interpelar a prática da pesquisa social, tendo como premissa básica o reconhecimento de que a percepção do observador funde-se àquilo que ele observa, de que a construção do objeto feita pelo investigador social representa um produto da sua própria relação social com este mesmo objeto. E a construção do conhecimento representa, portanto, um produto de uma *trajetória de vida*, ou seja, o resultado das conexões materiais e simbólicas exercidas entre e pelos indivíduos agentes deste processo, por meio das quais elaboram seus próprios cursos de vida, uns em relação aos outros (CORCUFF, 2001).

Se o ponto de partida de qualquer trabalho científico são as reflexões epistemológicas que precedem o desenvolvimento do trabalho de campo em si, as leituras e todo o esforço em justificar tais escolhas - desde o terreno empírico, seleção das fontes de informação até análise do material coletado -, o ponto de chegada será a composição de uma *narrativa* expressa em linguagem textual – é o que denominamos aqui por *trajetória*.

² O presente artigo constitui um desenvolvimento da discussão apresentada na Tese de Doutorado, **Vida Social na Marginal**: trajetórias juvenis na periferia metropolitana de Belo Horizonte (MARINHO, 2016), defendida em fevereiro de 2016, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas – PPGCS. Desse modo, o ponto tratado aqui não se resume à questão da originalidade do conceito em *si mesmo*, e sim de abordá-lo como possibilidade de avanço no campo das discussões teóricas e práticas da pesquisa científica, de modo a ser útil para outros campos do saber, sem resumir-se exclusivamente ao campo das ciências humanas.

Neste artigo, exploraremos a operacionalização do conceito de *trajetória de vida*, que representa tanto um modo de complexificar a observação dos fenômenos sociais como de situá-los perante as circunstâncias, os contextos e os espaços a partir dos quais indivíduos, as pessoas, em um tempo produzem, no espaço geográfico, a vida social. Inicialmente, serão apresentadas as perspectivas teóricas norteadoras do conceito *trajetória de vida*, a relação entre trajetórias e estruturas sociais, ação e projetos de vida individual, corpo e sociedade: fases da vida e, por fim, a questão das abordagens biográfica e etnográfica como elementos centrais da epistemologia do conceito que se traduz como prática de pesquisa social.

2 TRAJETÓRIAS SOCIAIS E ESTRUTURAS SOCIETAIS

Ao reiterar o pressuposto básico de que as experiências de vida dos indivíduos não ocorrem no vácuo, e sim incrustadas em estruturas sociais, seguindo essa linha de argumentação bourdiana (BOURDIEU, 1983; 1989; 1996; 2000)³, os percursos de vida são concebidos como produto de interações produzidas segundo um movimento dialético. Esse movimento ocorre entre a interioridade e a exterioridade da experiência social como a “dialética da interiorização da exterioridade e da exteriorização da interioridade.” (BOURDIEU, 2000, p.163). E assim, a vida dos indivíduos é concebida como resultado da relação que estes estabelecem, a partir das condições materiais e simbólicas de existência, por meio das quais estruturam seus modos de agir e de estar no mundo, simultaneamente, como agentes de reprodução e de transformação social.

A contribuição de Bourdieu (2000) representa um avanço sobre a noção de normalidade durkheimiana, a partir da qual as trajetórias individuais podem ser notadas como atreladas a determinadas regularidades sociais observáveis e por meio das quais a sociedade estrutura-se. De acordo com Bourdieu, a experiência social deve ser entendida, em parte, como um processo de incorporação da realidade social objetiva, sob a forma de esquemas disposicionais. Esses esquemas estarão depois na origem das percepções, práticas e escolhas realizadas pelos agentes sociais, como uma matriz de pensamento por meio da qual o indivíduo terá como base de orientação de sua ação. A incorporação desses esquemas assegurará, em larga medida, que as ações produzidas

³ Como aspectos estruturantes dos percursos de vida individuais em sociedade, destacam-se as clivagens estabelecidas por gênero, bem como por faixas de idade, agrupamentos etários que expressam fases da vida.

decorrerão em um quadro de tendencial ajustamento à realidade com base na qual eles mesmos foram gerados.

A teoria bourdiana aponta para a necessidade de o pesquisador social ficar atento à detecção de regularidades sociais e de padrões nos estilos de vida adotados pelos indivíduos, situando-os frente aos sistemas de estratificação socialmente estabelecidos, no sentido de descortinar as lógicas da ação a partir de sua gênese social.

No pensamento de Bourdieu (2000), a compreensão dos percursos biográficos é indissociável do conceito de *habitus*, que tem como hipótese central que os comportamentos individuais sejam coerentes com as condições materiais e simbólicas por meio dos quais se foram produzindo. Tal conceito, forjado pelo autor do pensamento antigo grego e medieval, introduziu uma nova perspectiva sobre a teoria da ação frente ao estruturalismo antropológico vigente até a década de 1960, considerando a capacidade inventiva dos agentes sociais frente à reprodução social (WACQUANT, 2007). Segundo este autor, o termo remonta ao pensamento aristotélico e esteve associado à teoria da virtude como um estado estabelecido do caráter moral que orienta as condutas humanas, traduzido para o Latim como *hábitus* – participio passado do verbo *ter / possuir* – por Tomás de Aquino em *Summa Theologiae* como uma capacidade de aquisição de uma disposição durável e que orienta as ações. A noção de *habitus* remonta também ao pensamento durkheimiano, weberiano e de outros pensadores modernos e contemporâneos, mas é Bourdieu quem se dedicou, com maior profundidade, ao desenvolvimento deste como teoria social⁴.

De modo sintético, em Bourdieu (2000), o *habitus* é representado enquanto “sistema de disposições duradouras”; tal conceituação chama a atenção para os comportamentos sociais passíveis de serem observados como recorrentes ao longo de um tempo e espaço, e assim produz o efeito “estrutura”, por meio da qual a sociedade se estabelece enquanto tal perante os indivíduos. O autor, a partir desse conceito, alerta o cientista social à detecção das “permanências sociais”, o que, na prática da pesquisa social, significa identificar tais regularidades notáveis pela observação do comportamento dos indivíduos frente às suas condições sociais de existência.

Assim, Bourdieu define o *habitus*: “[...] uma **maneira de ser**, um estado habitual (em especial do corpo) e, em particular, uma **predisposição**, uma **tendência**, uma **propensão**, uma **inclinação**” (2000, p.163 – grifo nosso). Tal *inclinação* ou

⁴ Para um aprofundamento histórico sobre este conceito, consultar Wacquant, 2007.

orientação, como prefiro tratar, representa o efeito das relações sociais passadas sobre a capacidade de ação realizada pelos indivíduos, no tempo presente e, como se imagina, no futuro.

Em Bourdieu, o *habitus* apresenta-se enquanto uma espécie de mediador entre indivíduo e sociedade, o conceito busca captar as vias pelas quais esta última se torna depositada nas pessoas e o modo como se constituem as disposições duráveis ou “[...] capacidades treinadas e propensões estruturadas para pensar, sentir e agir de modos determinados, que então as guiam nas suas respostas criativas aos constrangimentos e solicitações do seu meio social existente” (WACQUANT, 2007, p.36). Tal conceito evoca para si as marcas deixadas pela repetição cotidiana das práticas culturais ao longo do tempo como referências estruturantes do comportamento dos indivíduos em sociedade. Estes, em sociedade, relacionam-se ao caráter “transponível” do *habitus* ao longo do tempo, da dimensão contextual e situacional – onde e como ocorre essa transmissão dos comportamentos sociais duráveis – que explicita, como relevante, o contexto interacional no qual as experiências sociais são produzidas.

A partir das ideias supracitadas, pode-se afirmar que os percursos sociais tracejados por indivíduos assumem uma morfologia coerente com a ordem social vigente, seja afirmando-a, reproduzindo-a, negando-a; dificilmente seriam exóticos a ela, e por serem distintos e distintivos, expressam determinadas condições sociais. Situar o *contexto* no qual os indivíduos agem, ao longo do tempo, implica situá-los perante os seus círculos sociais de referência, localizados no espaço social, físico e simbólico. A partir disso, a construção de *trajetórias* implica aprofundar a análise sobre as condições de existência em que se desenvolve o permanente processo de socialização e aculturação dos agentes sociais, e, no fundo, a sua própria produção enquanto agentes.

Partindo do pressuposto de que a existência das sociedades depende da existência de regularidades socialmente estabelecidas ao longo do tempo, sob a forma de comportamentos sociais por parte dos indivíduos, Bourdieu (2000) elabora seu conceito de *trajetória social*. Para ele, tal trajetória é compreendida como os itinerários percorridos pelos agentes segundo suas experiências de vida e de acordo com sua origem social e determinada posição presente, antecedida por todas as outras posições sociais (leiam-se, experiências e situações sociais). Considerando que os percursos de vida dos indivíduos variam em função da estratificação social, pode-se afirmar que suas trajetórias expressam o pertencimento a uma determinada classe social.

Para Bourdieu (1989; 2007), o conceito de classe social relaciona-se diretamente ao de estrutura social e ao de posição social, que, na prática, reflete os estilos de vida assumidos pelos indivíduos. Dessa maneira, a classe social apresenta-se como uma construção teórica que se operacionaliza pela identificação das relações entre agentes que ocupam posições similares ou próximas no espaço social em função dos tipos de *capitais* que possuem conforme define o autor:

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. (BOURDIEU, 1989, p.136).

A necessidade de situar os agentes perante os sistemas de estratificação social, com o fim de identificar os efeitos de pertencer a uma mesma classe social sobre os percursos de vida das pessoas apresenta-se como fundamental na construção de *trajetórias de vida*. Segundo essa perspectiva, os indivíduos tendem a manter relações sociais duradouras com outros indivíduos que partilham de condições econômicas e culturais relativamente semelhantes, em uma sociedade. Tais condições encontram-se imbricadas umas nas outras, e assim, a *classe social* em Bourdieu abrange uma diversidade de condições de vida que o autor sintetiza em duas vertentes: (i) a *objetiva*, que compreende as relações sociais definidas pelas condições materiais de existência; e ii) a *simbólico representativa*, na qual as distinções de classe se exprimem nos hábitos e estilos de vida adotado pelos agentes sociais (CARLOS SILVA, 2009)⁵. O conceito de *classe*⁶ expressa condições de existência distintas experimentadas pelos indivíduos em sociedade e similitudes, e assim, pode-se reconhecer que indivíduos de classes distintas tenderão a reagir de modos distintos aos processos de reprodução e de mudança de funcionamento estrutural da sociedade, como, por exemplo, processos de urbanização, de industrialização ou qualquer outro que implique mudanças radicais nos modelos de produção material e das relações de trabalho na sociedade (BOURDIEU, 1989).

No contexto brasileiro, destaca-se a leitura contemporânea da teoria bourdiana feita por Jessé de Souza, tem como foco o conceito de classe social e de desigualdade na

⁵ Para um aprofundamento a respeito do conceito de “classes sociais” nas ciências sociais e humanas consultar: CARLOS SILVA, Manuel. **Classes Sociais**. Condição Objectiva, Identidade e Acção Colectiva, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2009.

⁶ O debate contemporâneo sobre as classes sociais no Brasil passa por divergências epistemológicas demarcadas principalmente entre perspectivas economicistas *versus* noções menos materialistas, que consideram a dimensão simbólica e cultural da experiência humana em sociedade (MARINHO, 2016).

respectiva sociedade. Embora esse autor realize uma análise histórica retrospectiva da desigualdade na sociedade brasileira e sua estrutura de classes, desde o final do século XIX, sua análise centra-se na primeira década do século XXI. A classificação feita por Souza (2011), para definir a posição social ocupada pelas classes populares brasileiras por “ralé”, ou como “batalhadores”, em Souza (2010), tem como objetivo lançar visibilidade sobre o conflito que demarca das relações de classe nesta sociedade. A “ralé” é composta por pessoas de cor, de pele parda e preta principalmente, representa uma classe social que abrange os moradores de favelas e de periferias, tais como os jovens representados nesta tese. Por classe social, Jessé define:

O que faz uma classe social ser uma classe, ou seja, o que faz um certo universo de indivíduos agirem de modo semelhante não é, portanto, a “renda”, mas a sua construção **afetiva** e **pré-reflexiva** montada por uma **segunda natureza** comum que tende a fazer com que toda uma percepção do mundo seja quase que **magicamente** compartilhada sem qualquer intervenção de **intenções** e **escolhas conscientes**. Esse acordo nunca explicitado [...] só pode ser adequadamente percebido enquanto acordo pelos seus “resultados práticos” (SOUZA, 2011, p.408, grifo nosso).

Tendo como referência o conceito de “classe social” adotado por Souza (2011), pode-se pressupor que os percursos, estilos de vida e projeções sociais aspiradas pelos jovens residentes nas áreas classificáveis como *periferia* ou *favelas* situadas na RMBH são fortemente condicionados pelas tensões e conflitos sociais que subjazem às relações de classe no Brasil. A vida dura é uma condição histórica que define o lugar da “ralé” na sociedade, seja como agricultores pobres no campo ou como favelados/ moradores das periferias nas grandes cidades (SOUZA, 2010).

3 TRAJETÓRIAS, AÇÃO E PROJETO DE VIDA INDIVIDUAL

Se as condições de existência, representadas pela ideia de estrutura social, são essenciais para contextualizar socialmente as trajetórias dos indivíduos ao longo de suas vidas, o contrário também pode ser afirmado: as trajetórias são fundamentais para a produção de conhecimento sobre a sociedade. É nessa perspectiva que os esforços para o desenvolvimento desta tese foram empreendidos, buscar compreender a dimensão biográfica, responsável em dar o tom de singularidade das experiências de vida frente às suas situações e contextos sociais. A dimensão biográfica nas trajetórias não é compreendida apenas como matéria prima para a composição da narrativa, e sim, como

possibilidade de análise da ação dos indivíduos frente às estruturas sociais, como expressa a sociologia de Anthony Giddens, em especial em seu conceito de *agência*. É como se, em boa medida os percursos de vida resultassem da *agência* que representa a capacidade de ação do indivíduo, na qual ele próprio decide os rumos a serem assumidos em suas vidas, na medida em que “[...] poderia, em qualquer fase de uma dada sequência de conduta, ter atuado de modo **diferente**” (GIDDENS, 1989, p.07 - grifo nosso). O termo “diferente”, corroborado por Giddens (1989), refere-se às marcas que os indivíduos cravam na sociedade, ao conjunto de transformações que produzem sobre esta última e que não implica necessariamente negações da ordem estabelecida.

Ao mesmo tempo, as trajetórias têm como referência uma ordem social historicamente situada, contemporânea, que Giddens (1991) chama de *modernidade radicalizada*, tempo a partir do qual os indivíduos tendem agir segundo um exercício reflexivo fundamentado em noções de “risco” e de “confiança” em contraposição à noção de destino. É como se o determinismo associado às trajetórias individuais das “sociedades tradicionais” fosse substituído, na “modernidade radicalizada”, pela consciência reflexiva em um cenário estruturado por incertezas (GIDDENS, 1991). Um sentimento de risco relacionado à incerteza vislumbrada em relação ao futuro que, sociologicamente, se traduz no modo como os indivíduos integram-se aos processos de reprodução e de transformação da sociedade.

Para Giddens (1991; 2000), antes da modernidade radicalizada, as expectativas em relação aos rumos de vida estruturavam-se em percursos mais lineares, e assim, as trajetórias podiam ser compreendidas como sendo relativamente previsíveis. Pensando em nosso contexto, no Brasil dos anos 1970, o filho de uma família de operários da indústria poderia projetar-se como um futuro operário, que poderia estruturar sua vida pessoal e familiar a partir deste trabalho; mesmo que de forma precária, havia alguma expectativa mais concreta de reprodução ou de mobilidade social. Dessa maneira, na “sociedade de risco” os indivíduos buscariam o máximo de controle possível sobre suas ações e escolhas para proporcionar alguma sensação de segurança frente ao cenário de incertezas estabelecido na contemporaneidade.

Esse tipo de ação, orientada segundo a racionalização em um campo de permanente incerteza é representada em Giddens (1989; 1991; 2000) pelo conceito de “agência”. A questão para ter-se em mente é a especificidade da “ação reflexiva” como

uma forma específica de estruturação da ação dos indivíduos⁷. De acordo com esse autor, a reflexividade pode ser concebida também como resultado da relação entre *poder* (estrutura) e *ação* (indivíduo agindo em busca de seus interesses), a *agência*, compreendida enquanto capacidade autônoma dos indivíduos de agir sobre a reprodução do sistema social. A seu modo, Giddens (1989; 1991), retoma a perspectiva weberiana ao conceber as instituições sociais como resultado da ação de indivíduos e, assim, põe em evidência a agência humana enquanto elemento de análise privilegiado para a compreensão do social na contemporaneidade. Nesse prisma, considerar-se-á relevante compreender a sociedade a partir dos percursos sociais dos indivíduos, de suas trajetórias.

Considerando a modernidade radicalizada, a reflexividade estabelece-se enquanto recurso cujo fim último é a administração ou o enfrentamento dos riscos e das oportunidades com os quais os indivíduos defrontam-se dia a dia (GIDDENS, 1991). Ao mesmo tempo, o desenvolvimento da capacidade reflexiva apresenta-se como o poder de resposta dos indivíduos às condições de existência a que estão submetidos. E, ao mesmo tempo, essa capacidade de resposta é também orientada pelos fluxos de informações especializadas difundidas por meio das mídias e sistemas tecnológicos, pois disponibilizam aos indivíduos uma diversidade de perspectivas que extravasam, e muito, o seu mundo cotidiano e alimentam de sentidos seu agir social em tal mundo.

Enfim, Giddens (1989) chama a atenção para o fato dos agentes sociais parecem possuir, nas sociedades da modernidade radicalizada, cada vez mais informações, orientações reflexivas e disposições para atuar sobre as condições de existência em que se encontram. Ao mesmo tempo, isso dependerá da capacidade e do poder alcançado por esses indivíduos por meio de sua ação em relação ao estado de coisas – a estrutura social –, ou ao curso de eventos preexistentes (GIDDENS, 1989). Novamente, a partir da noção de *agência*, as categorias *indivíduo* e *estrutura* confrontam-se a partir de limites, muitas vezes quase intransponíveis que estabelecem parâmetros sobre os sentidos sociais esperados / projetados para e pelos indivíduos, que servirão de base para a composição de suas *trajetórias de vida*, a partir da condição ou situação de classe na qual se situa na sociedade.

⁷ Para Giddens, “todo ser humano é reflexivo no sentido de que pensar a respeito do que se faz é parte integrante do ato de fazer, seja conscientemente ou no plano da consciência prática. A reflexividade social se refere a um mundo que é cada vez mais constituído de informação, e não de modos preestabelecidos de conduta. É como vivemos depois que nos afastamos da tradição e da natureza, por termos que tomar tantas decisões prospectivas.” (GIDDENS, 2000, p.87).

4 TRAJETÓRIAS - CORPO E SOCIEDADE: FASES DA VIDA VISTAS A PARTIR DA JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE OCIDENTAL

Outros aspectos sociais permeiam a construção das narrativas realizadas pelos sujeitos sobre si mesmos e sobre suas experiências no mundo, afetando a relação intersubjetiva envolvida na pesquisa de campo. É o caso da *fase de vida* na qual o indivíduo se situa - aspecto especialmente relevante para o presente estudo. Tal condição social pode ser facilmente observada na sociedade, já estando relativamente consolidada no senso comum, de modo que as pessoas não estão livres dos constrangimentos sociais relativos à estratificação etária da sociedade em que vivem. Os indivíduos ocupam *status* diferentes na sociedade em função da variável “anos de idade” que, de certo modo, traduz-se como tempo de vida ou tempo vivido.

Ao longo do “tempo de vida”, os indivíduos agem, realizam trânsitos e percursos sociais, desenvolvem maneiras de agir perante os processos de reprodução social. Espera-se que essas maneiras sejam relativamente coerentes com a parcela que possuem de “tempo de vida”. A idade determina o papel desempenhado pelos indivíduos na divisão social do trabalho; o tempo de vida é a referência para determinar o “tempo” para a aposentadoria, bem como o de ter o direito de ingressar em determinados cargos ou funções laborais. O ingresso na carreira militar, por exemplo, na educação escolar básica, entre tantas outras formas de participação social, tem como base a segmentação etária representada pelas mudanças biológicas do corpo, desde o nascimento, sua respectiva capacidade produtiva, até a morte (PAIS, 1991).

A análise sociológica, em geral, incorpora o pressuposto de que os modos de organização das atividades produtivas e a forma como as pessoas participam da vida social é variável em função da fase da vida em que se situam os indivíduos. A existência de uma sociologia da infância, da juventude, da velhice evidencia isso. Conforme Pais (1991), a questão pode ser notada em campos mais diversos da produção de conhecimento na sociedade, desde *surveys* de pesquisas de intenção de voto ou de tendências de mercado até os censos demográficos produzidos pelos órgãos governamentais. O cálculo da idade / *tempo de vida* orienta a produção no campo jurídico, do Direito, e, em decorrência, a produção das políticas públicas em geral que levam em consideração as diferenças etárias. Diferenças que servem como demarcadores do tempo de existência dos indivíduos e dos papéis que devem exercer

socialmente, acarretando expectativas em torno de seus comportamentos. Traduzido em Pais (1991), os indivíduos são constrangidos a agirem de forma coerente com a fase da vida em que se encontram no *aqui e agora*, do *status etário*, social e político do qual desfrutam no “tempo presente” como *criança, adolescente, adulto ou idoso*.

Do ponto de vista sociológico, importa considerar a juventude como uma fase da vida na qual os indivíduos preparam-se de modo mais prático e concreto para desempenhar funções e ocupar posições ou estatutos sociais típicos da vida adulta, variando entre as sociedades e segmentos em seu interior. As faixas etárias demarcam regularidades sociais que expressam, entre distintas gerações, modos de sentir e de participar da vida coletiva. Convencionalmente designadas desde a modernidade por “infância”, “juventude”, “idade adulta” e “velhice” (PAIS, 1991; 2010), as *fases da vida* representam referências socialmente partilhadas em relação a organização do curso de vida, de planificação de determinados tipos de participação social dos comportamentos individuais esperados ou projetados tendo como base o tempo cronológico de existência. Embora essas padronizações não impeçam os indivíduos de experimentarem singularmente seus percursos de vida, elas informam sobre o acesso aos direitos e deveres político-jurídicos e, assim, representam marcos ou referências sociais como ritos que conferem aos indivíduos mudanças de estatuto social.

Se as idades da vida estão associadas a normatividades sociais, estabelecidas socialmente, no que se refere às sequências das várias *fases da vida* como demarcadores de passagem entre elas (PAIS, 2010), a noção de *curso de vida* tem como referência tanto as dimensões individuais como as geracionais envolvidas nas trajetórias sociais dos indivíduos.

Considerando as premissas de Bourdieu (2000), nas sociedades os comportamentos sociais esperados dos indivíduos são relativamente estruturados em torno de normatividades estabelecidas pelo *habitus* e a organização do curso de vida em torno das *fases* representa uma forma de expressão da estruturação das experiências sociais dos indivíduos. Embora as trajetórias não sejam determinadas por normas sociais, os comportamentos individuais o são. Assim, os comportamentos são informados pelas normas que estruturam socialmente ritos, expectativas e responsabilidades enquanto *fases da vida*, as quais, por sua vez, demarcam as diferenças de participação social entre *gerações demográficas* passíveis de identificação, por meio de agregados de dados estatísticos sobre indivíduos cujas idades situam-se dentro de certos limites culturalmente definidos como tais. Ainda segundo Pais, as sociedades

apresentam uma grande diversidade de condições históricas, econômicas e culturais envolvidas na determinação das fronteiras estabelecidas entre as *fases da vida*.

Reitera-se que as categorias etárias correspondem a construções sociais e não podem ser reduzidas a meras variáveis biológicas em si mesmas. Deste modo, a noção de *trajetória* aqui empregada afina-se à ideia de *curso de vida* em vez da de *ciclo de vida*, esta última faz referência a uma dinâmica biológica e previsível. Os cursos de vida referem-se à “[...] trajetória social do indivíduo ao longo de sua vida, metaforicamente, ordenada através da idade” (FERREIRA; NUNES, 2010, p.39). Para estes autores, o sentido biologizante pressupõe o ordenamento da vida por meio de uma temporalidade cíclica e linear projetada sobre a experiência juvenil e, ao mesmo, tempo reconhece que a idade não é um atributo *per se* determinante desta.

Em articulação com o exposto, a condição juvenil representa uma *fase da vida* sociologicamente notável na sociedade da *modernidade radicalizada* (GIDDENS, 1991); trata-se de uma fase intermediária ao considerarmos o curso de vida do nascimento à morte, ou uma fase transitória, quando situada entre as *fases* “infantil” e “adulta” (PAIS, 2010). Tendo como referência as premissas supracitadas, a condição juvenil apresenta-se enquanto fase transitória entre *fases*. Arvora-se assim, numa condição peculiar de *fronteira*, na qual o indivíduo encontra-se embrenhado num processo contínuo e mais intenso que os vividos antes, em relação à construção de expectativas sobre o “vir a ser”. Trata-se por isso de um tempo no qual o sujeito tende a uma maior reflexividade e busca por ações autônomas, com a finalidade de se afirmar socialmente enquanto indivíduo membro e agente de reprodução da sociedade.

Em meio à pluralidade de possibilidades de vivenciar as experiências juvenis, da indeterminação presente no cenário contemporâneo que se configura como incerteza (GIDDENS, 1991), os demarcadores de passagem da transição entre infância e fase adulta (PAIS, 2009) tornam-se mais imprecisos e menos determinantes sobre os cursos de vida, mas, nem por isso, menos importantes para sua análise. Se, na modernidade radicalizada, os percursos de vida tendem a ser menos lineares e previsíveis, pode-se colocar como hipótese que estão menos determinados pelo cumprimento de metas ou rituais sociais pré-estabelecidos. Ao mesmo tempo, a reprodução da sociedade implica a integração dos indivíduos através de rituais como o casamento, a integração econômica pelas dinâmicas de trabalho e produção, a crença em divindades e mitos religiosos, como expõe as trajetórias de vida tratadas nesta tese.

É necessário considerar que as experiências de vida dos indivíduos são inapreensíveis em sua totalidade, de que são passíveis de serem selecionadas segundo interesses específicos a partir dos quais se busque elaborar uma narrativa. A construção das *trajetórias de vida* que abordei em minha tese de doutorado, as *trajetórias juvenis*, por exemplo, envolveu a elaboração de roteiros de entrevista fundamentados na seleção de determinados percursos sociais, de experiências específicas consideradas úteis para a compreensão da condição social mais ampla, que envolve a experiência juvenil metropolitana e a *transição para a vida adulta*.

Segundo Pais (1991), tal transição é caracterizada na contemporaneidade por determinados demarcadores de passagem como a “[...] inserção económica, independência económica, constituição de lar próprio, comportamentos em relação ao consumo, ao dinheiro e ao lazer, comportamentos familiares, estratégias matrimoniais e respectivos sistemas de valores” (PAIS, 1991, p.945). De modo geral, todos esses demarcadores indicam a constituição de uma relação de autonomia do indivíduo, de inserção e independência econômica que condizem com experiências relacionadas a uma emancipação por meio do qual os jovens supostamente adquirem as credenciais para sua integração ao mundo adulto.

Se, quando éramos crianças, geralmente, foram os nossos pais (ou outra pessoa adulta) quem assumia as funções de manutenção da vida doméstica, quando nos tornamos jovens, assumimos uma carga simbólica típica do mundo adulto, na qual o jovem passa a assumir esse papel / função de provedor do seu próprio mundo, de suas próprias vontades e interesses de forma nunca antes experimentada, passa a atuar como agente de seu “destino”.

Toda *trajetória* é então orientada pelos itinerários sociais, bem como por rumos assumidos a partir de ações deliberadas pelos indivíduos. Considera-se que a trajetória juvenil represente um ponto chave para a compreensão da sociedade. O “destino” dos jovens é um reflexo, uma sombra, do destino alcançado pelos adultos, pelas pessoas de gerações anteriores. Indica o rumo de processos sociais que são contínuos no tempo, expõe a “reacomodação” geracional humana sobre a estrutura social existente. Na sociedade contemporânea, essa reacomodação é tida como menos determinada, embora não esteja livre dos constrangimentos estruturais.

Reconhece-se a juventude como uma etapa crucial da vida individual e social, “[...] onde se joga toda uma parte dos *modos e vias da reprodução* económica, social e cultural de uma sociedade” (PAIS, 1991, p. 946). Nessa perspectiva a “juventude” não

representa apenas um processo de formação individual / coletiva no sentido da pessoa vir a atingir ou não um determinado grau de “maturidade”, de “socialização” ou de formação esperada do *self*, mas uma etapa socialmente delicada por envolver a transmissão dos capitais econômicos e simbólicos entre as gerações de distintas classes na sociedade. Sob esse prisma, reconhece-se que a “juventude” representa uma etapa ou fase da vida decisiva no processo de produção e de reprodução das desigualdades em sociedade, sendo por isso, uma fase na qual afloram com mais intensidade conflitos sociais estabelecidos a partir das tensões entre as classes em torno dessa transferência dos capitais aos jovens.

A noção de *trajetória de vida juvenil* é então compreendida a partir de um conjunto de percursos sociais compostos de experiências de vida expressas por meio de narrativas que expõem rumos e projetos de vida assumidos pelos indivíduos jovens. Os rumos ou direções assumidas nas trajetórias alteram ou ratificam sentidos assumidos pelos indivíduos frente aos seus percursos e, assim, são compreendidos como produtos da ação reflexiva e projetada por esses sujeitos frente às possibilidades de vida, representando um “futuro possível e desejável”. A noção de “futuro” mais adotada para compreensão das trajetórias juvenis não se fundamenta em especulações decorrentes de questões colocadas aos jovens por perguntas ao final de uma entrevista, como: “o que você pretende fazer de sua vida?”. Relaciona-se à noção de “projeção para o futuro” que representa na prática os pontos de inflexão no decorrer dos rumos de vida, que expressam projetos assumidos pelos jovens durante um determinado tempo de suas vidas.

Na proposta de Schutz (1979), o conceito de *projeto de vida* remete a um plano de ação que um indivíduo procura realizar, em relação a alguma esfera de sua vida (laboral, escolar, afetiva, entre outras), um processo dinâmico, relativamente indeterminado, a partir do qual os percursos de vida são trilhados. Segundo as premissas desse autor, as ações dos indivíduos têm como objetivos, entre outros, a busca de um “futuro possível”, fundamentado por uma *visão de futuro* socialmente construída e subjetivamente percebida. Tais “visões de futuro” configuram-se segundo as contingências da vida prática e as conjunturas macrossociais a partir das quais os indivíduos reconhecem seu “mundo da vida”. Trata-se, no fundo, de projeções fundamentadas nos percursos já trilhados pelos indivíduos em tempos passados e vislumbradas a partir de exercícios retrospectivos e prospectivos coerentes com os sentidos subjetivos e objetivos que as experiências sociais assumem para estes. Para o

estudo dos aspectos que se encontram na base do desenvolvimento dos projetos de vida, Schutz (1979) propõe a distinção analítica entre os motivos "*in-order-to*" e os motivos "*because-of*". O "*in-order-to*" representariam os motivos passíveis de explicitação por meio de documentos ou registros, como sugere a noção de dimensão objetiva da existência na teoria bourdiana. Já os "*because-of*", grosso modo, estão na ordem do sujeito, da particularidade das suas experiências de vida subjetivamente elaboradas. Enfim, o conceito de *projeto de vida* em Schutz (1979) representa também um esforço de análise que busca equalizar a tensão entre indivíduo e coletividade, por meio da qual os "jovens" elaboram suas trajetórias.

O *projeto de vida*, longe de ser produto de um cálculo matemático ou fundamentado em um processo histórico linear, representa a orientação assumida nos percursos trilhados e resultante de processos complexos e dinâmicos, que incluem variáveis subjetivas e estruturais. É certo que a noção de "projeto de vida" pode assumir perspectivas muito diversas, opostas, exóticas, quando reconhecemos a pluralidade de contextos, situações e atributos sociais dos indivíduos que, no interior de uma sociedade, situam-se numa mesma "fase da vida" remetendo, no caso desta tese, ao conceito plural "juventudes". Nesse sentido, a elaboração dos rumos de vida é elemento constituinte das trajetórias narradas, indicando os sentidos sociais assumidos nos percursos traçados pelos sujeitos. Tais elaborações dependem sempre dos campos de possibilidades expressos pelos contextos socioeconômico e culturais que circunscrevem as experiências juvenis.

5 TRAJETÓRIA DE VIDA E PRÁTICA DE PESQUISA SOCIAL: FUSÃO ENTRE NARRATIVAS

A construção analítica da *narrativa* pela qual se configura o conceito de *trajetória de vida* envolve a fusão entre narrativas sociais produzidas a partir de determinadas abordagens de pesquisa realizadas por um sujeito pesquisador, em especial a biográfica e a etnográfica. Considerando que a perspectiva da abordagem biográfica não tem como limite as representações que os sujeitos biografados produzem sobre suas próprias experiências passadas, mas também como projetam os seus futuros imaginados a partir de horizontes de possibilidades socialmente delimitados (BOURDIEU, 1996). Não se desconsidera que as *trajetórias de vida* envolvem trânsitos sociais realizados pelos indivíduos. O esforço aqui é de situá-los no tempo e no espaço a

partir de uma perspectiva prévia, definida *a priori*, um situar simultâneo entre diferentes escalas geopolíticas / culturais: global, nacional, regional, metropolitana, urbana, rural, comunitária, local, subjetiva, interpessoal, intersubjetiva, corpórea, sensorial, e também, perante as esferas sociais das quais participa dentro deste *tempo e espaço vividos*.

A partir de uma *narrativa* que engloba esse entrelaçamento de esferas de interação social e geográfica, corpórea e simbólica, a *trajetória de vida* busca contemplar o modo como os indivíduos tracejam suas vidas, experimentam suas existências sociais, subjetivas, emocionais. Enfim, com o objetivo de cimentar melhor essa relação tão indissociável, “obscura” para muitos, entre *teoria e prática*, propõe-se a trajetória de vida, do ponto de vista teórico-metodológico, como uma fusão narrativa fundamentalmente assentada entre duas abordagens de pesquisa social: a biográfica e a etnográfica. Tal escolha, de cunho epistemológico, será justificada e apresentada para o leitor (a) ao decorrer deste texto, tendo como foco os aspectos que dialogam que conectam epistemologicamente essas abordagens, entendendo-as como métodos/perspectivas narrativas distintas e ao mesmo tempo complementares dentro do conceito aqui proposto.

5. 1 A Narrativa biográfica na elaboração de trajetórias de vida

A abordagem biográfica tem por objetivo principal considerar a voz dos sujeitos como elementos-chave para a compreensão das relações humanas em sociedade⁸. A partir deste tipo de abordagem, centrada essencialmente em relatos de experiências de vida de determinadas pessoas, pode-se capturar aspectos do cotidiano dos indivíduos e do ambiente social em que essa atividade cotidiana tem *lugar*, ou seja, onde ocorre de forma concreta. Ressalta-se que objetivo de usar a abordagem biográfica nas ciências humanas tem sido variado: na sociologia, para compreender o social, enquanto que na literatura, no jornalismo ou no quadro da psicologia, para outros fins, embora nenhum desses campos seja analisado de forma totalmente exógena do social (BERTAUX, 2005; 2014; PERREN, 2012; CONDE, 1993; 1994)⁹.

⁸ Essa preocupação em considerar a voz dos sujeitos como elemento de compreensão da cultura está presente como premissa epistemológica na antropológica de Franz Boas (1858 – 1942) e de Malinowski (1884 – 1942).

⁹ A produção de narrativas biográficas como recurso de interpretação da realidade social nas ciências sociais, na sociologia principalmente, é ainda alvo de um relativo descrédito por parte daqueles que aderem de modo acrítico às correntes ideológicas quantitativistas. (ROSENTHAL, 2004).

Seguindo a tradição dos estudos dirigidos à compreensão da integração social de populações migrantes e marginalizadas, na metrópole de Chicago, durante as primeiras décadas do século XX, a abordagem biográfica esteve relacionada à compreensão da relação entre o contexto de vida dos sujeitos pesquisados e seus relatos (SANTOS; OLIVEIRA; SUSIN, 2014). No presente trabalho, o método biográfico representa um conjunto de práticas de pesquisa que envolve um conjunto de técnicas e práticas de pesquisa social, não se limita exclusivamente aos relatos em si mesmos, embora estes sejam seu produto principal, de modo que a análise do material biográfico seja subsidiada pela consulta de documentos históricos, fotografias antigas, informações públicas e notícias veiculadas pelas mídias, inclusive o relato de outras pessoas além do biografado.

O objetivo central é o de fornecer ao(à) pesquisador(a) social um panorama histórico ou sociopolítico o mais amplo possível que contextualize e situe as experiências de vida do sujeito biografado no tempo e espaço, considerando-se que a qualidade da análise social dos dados biográficos dependerá do acesso a outras fontes de informação, além dos relatos biográficos com que se operacionaliza esse *situar espaço-tempo* da fala. Esse procedimento é necessário não só para evitar possíveis equívocos derivados de conclusões precipitadas fundamentadas em autointerpretações ou autoapresentações intrínsecas aos relatos biográficos, como também para a superação das noções prévias do entrevistador em relação ao universo social que envolve sua pesquisa. Em sentido heurístico, trata-se de propor um constante exercício entre reflexão (teoria) e prática de pesquisa, de modo a possibilitar a interpretação dos trajetos sociais dos indivíduos em sociedade.

Este tipo construção narrativa constitui-se pela descrição estrutural, diacrônica e temática das experiências de vida, como propõe Bertaux (2005), pela noção de *curso de vida* que, segundo este autor, não se trata apenas de um ordenamento lógico de relatos dispersos em torno de um tema de pesquisa definido *a priori*, e sim da construção de uma narrativa própria e elaborada em relação aos sentidos e representações sociais expressas pela voz de indivíduos, processo definido como *ideologia biográfica* (Bertaux, 2005), e como *ilusão biográfica* (Bourdieu, 1996). A ilusão fundamenta-se no fato de as experiências individuais não configurarem por si mesmas uma “história”, no sentido de reconhecer que não há um fio condutor natural que orienta a vida dos indivíduos. Pelo contrário, a narrativa construída a partir dos relatos biográficos resulta de esforços de racionalização conscientes e inconscientes, que se traduzem na

construção de artifícios capazes de estabelecer as conexões coerentes entre as memórias e as impressões dos sujeitos, que se expressam em relatos e questões abordadas em entrevista, tanto por parte do(a) pesquisador(a) social como do sujeito objeto da biografia, entre investigador e investigado (BOURDIEU, 1996).

Compreende-se aqui que a questão levantada por Bourdieu (1996) não representou uma mera tentativa de aniquilação ou retórica de descrédito à aplicação do método biográfico, e sim uma espécie de alerta epistemológico sobre a necessidade do rigor metodológico necessário à realização deste tipo de abordagem¹⁰. Nesse sentido, Bourdieu aborda que os relatos de experiências de vida sejam interpretados como construção social, como resultantes da “qualidade social do mercado”, no qual são oferecidos e, em especial, da própria situação de pesquisa (BOURDIEU, 1996, p.189). É a partir deste “mercado” que as experiências individuais ocorrem e demarcam singularidades sobre estruturas de distribuição dos diferentes tipos de capital, material e simbólico vigentes na sociedade.

O desafio colocado aqui pelo pensamento bourdiano é pensar os relatos biográficos em diálogo com uma leitura crítica do conjunto da sociedade, das suas conjunturas macrossociais e de seus contextos locais. Nessa perspectiva, as experiências de vida expressam os trajetos sociais dos indivíduos e vice-versa, seus campos de possibilidades inscritos em um espaço socialmente orientado, segundo posições sociais hierarquicamente estabelecidas entre os indivíduos a partir de suas práticas sociais, pela própria cultura. Nessa relação, as condições de sociais de existência geradas a todo instante pela ação dos indivíduos refletem em parte seus rumos de vida em torno de uma determinada ordem estabelecida, em torno de relações de poder que expressam o acesso e a distribuição dos bens sociais materiais e simbólicos na sociedade (BOURDIEU, 1983). Assim, embora as trajetórias sejam produtos singulares da relação entre elementos objetivos e subjetivos, em situações e contextos específicos, são produtos das relações sociais.

Ao mesmo tempo, os relatos que compõem a narrativa biográfica são também um produto da intersubjetividade estabelecida na interação do sujeito biografado com o sujeito cientista social, ou seja, não se trata apenas de fragmentos de memórias gerados das experiências passadas, e sim de representações reelaboradas pelos sujeitos

¹⁰ A “ilusão biográfica” representa mais uma crítica à posição metodológica focada em traçar panoramas individuais de sujeitos históricos, como se fossem portadores naturais da capacidade de instaurar por si mesmos projetos excepcionais e extraordinários à sociedade, alheio às estruturas sociais (BOURDIEU, 1996).

biografados na ocasião da entrevista. Este é um ponto chave da produção desse tipo de dados: a informação adquirida é resultante não apenas do entrevistado, mas de como o(a) pesquisador(a) social irá se posicionar perante a situação de entrevista. Esse posicionamento, que implicará a qualidade da alteridade firmada e orientará a produção dos relatos e a seleção de memórias empreendida pelo entrevistado, deve ser o mais horizontalizado possível. Observamos até aqui que a narrativa biográfica não se limita, portanto, a uma mera descrição de relatos de experiências de vida cedidos voluntariamente por uma determinada pessoa em uma situação de pesquisa, embora tal descrição seja sua principal matéria prima.

Tendo em consideração a relevância desse último aspecto mencionado, da relação de alteridade, a abordagem etnográfica apresenta-se como um recurso de pesquisa social fundamental para dirimir o efeito que as distâncias sociais existentes entre pesquisador(a) e sujeito biografado¹¹ possam gerar sobre a produção e a interpretação dos relatos biográficos. Ao mesmo tempo, a narrativa etnográfica proporciona um condão capaz de permitir a contextualização mais *densa* dos depoimentos de entrevista, pois, permite confrontá-los com as práticas observadas de natureza não discursiva.

5.2 A Narrativa Etnográfica na elaboração de trajetórias de vida

Segundo os autores clássicos do método etnográfico, esse tipo de abordagem representa uma forma, um caminho ou uma narrativa que proporciona ao(à) pesquisador(a) social a produção de uma descrição densa de uma cultura, com vistas a compreender a maneira de viver e de interpretar o mundo a partir do *ponto de vista nativo* (GEERTZ, 1989). Tal empreitada não constitui uma tarefa simples, implica em grande medida numa disposição por parte do(da) pesquisador(a) para poder conseguir coletar informações muito amplas e dispersas nos quadros da vida social e que muitas vezes não estão explícitas na fala ou na reflexão dos sujeitos estudados.

Trata-se assim de um ofício complexo, que exige rigor na captação das experiências sociais, ou seja, no seu registro, bem como a construção de quadros analíticos para sistematização cognitiva das práticas de pesquisa etnográfica que são

¹¹ De um modo geral os estudos empíricos e biográficos realizados em contextos com problemas sociais graves envolvendo a concentração de pessoas em situação de pobreza urbana e violência como envolve na presente tese as distâncias sociais. Em *A Máquina e a Revolta*, Alba Zaluar (1994: 9-32) dedica todo o primeiro capítulo *O antropólogo e os pobres: Introdução metodológica e afetiva* discutindo tal questão.

descritas por Roberto Cardoso de Oliveira, a partir da tríade “olhar, ouvir e escrever” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978). Essas práticas exigem, em função do objetivo de pesquisa, um período de tempo suficiente para que a imersão profunda no campo e o estreitamento de relações sociais com a população estudada se tornem possíveis. O fazer etnográfico envolve também outras práticas de pesquisa em que a distância em relação ao campo também é exigida, no sentido de proporcionar a reflexão acerca dos dados coletados, vislumbrando lacunas e ausências, e também a recolha de dados de natureza geográfica, histórica, econômica, entre outros que possam lançar luz sobre o contexto social investigado, mas que não podem ser recolhidos no local.

Em avaliação de monografias canônicas da tradição antropológica, a exemplo de **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**, de Bronislaw Malinowski, o historiador James Clifford (2002) defende que a narrativa etnográfica ultrapassa, e muito, os limites da pesquisa de campo. Embora a pesquisa de campo tenha se configurado como um instrumento fundamental para a coleta de dados empíricos e de demarcação identitária do ofício do antropólogo, a abordagem etnográfica não se resume meramente a investigações realizadas fora do gabinete. Dessa maneira, a narrativa etnográfica é produto de transformações na forma de perceber e avaliar os modos de vida, a sociedade e as culturas, embora a escrita seja seu efeito último. Tal produção narrativa nutre-se, portanto, de diferentes experiências que demarcam a presença do cientista social em campo, o modo como registra e, principalmente, a interação firmada com seus interlocutores. Tudo isso é fundamental para o desenvolvimento de seus exercícios de reflexão e de interpretação social de uma determinada cultura por meio da elaboração da escrita:

[...] deve-se ter em mente o fato de que a etnografia está, do começo ao fim, imersa na escrita. Esta escrita inclui, no mínimo, uma tradução da experiência para a forma textual. O processo é complicado pela ação de múltiplas subjetividades e constrangimentos políticos que estão acima do controle do escritor (CLIFFORD, 2002, p.21).

Outro aspecto importante na construção de trajetórias de vida que a aplicação do método etnográfico permite é a identificação de palavras e de expressões linguísticas, de categorias nativas por meio das quais se estruturam socialmente os discursos dos grupos estudados. Assim, a etnografia possibilita confrontar o “ponto de vista do nativo” com o conjunto de observações registradas do campo (MALINOWSKI, 1976). Para ela, a fala do nativo congrega expressões que são específicas de seus mundos sociais, e assim, contribuem para esclarecer os sentidos de suas práticas. A etnografia, nessa perspectiva,

compreende o produto de um processo relacional que envolve um conjunto de falas e de sentidos cuja intersubjetividade apresenta-se como um fio invisível que orienta a construção das narrativas que compõem o que denominamos aqui por *trajetórias de vida*.

A etnografia envolve, portanto, a relação do investigador com o contexto estudado, exigindo uma presença em campo por tempo suficiente para observar e compreender o sentido das circunstâncias e situações que compõem as redes sociais e as dinâmicas do cotidiano. Como um tipo de abordagem de pesquisa que permite uma aproximação singular entre o/a cientista social e o universo social investigado, embora a compreensão da lógica dos discursos falados dependa, igualmente, do conhecimento acumulado de fatores como o contexto e a situação na qual ocorrem (BOURDIEU, 2000)¹².

A narrativa etnográfica envolve a descrição de eventos *imponderáveis* como descreve Malinowski (1976), que na prática são os acontecimentos não previstos *a priori* e que, notados em campo, fornecem, por vezes, a chave compreensiva necessária para o estabelecimento das conexões cognitivas entre o sentido das ações individuais e os estilos de vida adotados pelos indivíduos, como uma busca por entendimento sobre os sentidos e representações inscritas na fala do nativo perante sua própria cultura¹³. Em uma perspectiva bourdiana, tal concepção equivaleria a reconhecer, em profundidade, as estruturas sociais que se encontram na gênese dos discursos e práticas sociais.

De modo geral, a literatura mostra que a construção desse tipo de narrativa ultrapassa o mero situar de discursos e as práticas dos indivíduos, mas de localizá-las perante uma determinada ordem social como colocado pela epistemologia de Bourdieu (2000). Nesse sentido, parte-se da premissa de que a interpretação da linguagem dependerá da interpretação dos *contextos* e *situações* sociais nas quais ocorrem. Essa premissa é convergente ao posicionamento da antropologia interpretativa proposta por Geertz (1989), na qual a etnografia permite uma leitura social dos “*fluxos de comportamento*”, das ações dos indivíduos dentro de uma cultura. Ações que expressam práticas e discursos que orientam simbolicamente comportamentos assumidos

¹² Ao buscar fugir de posturas estruturalistas que concebem a ação dos indivíduos apenas como pequenas variações internas da estrutura, a análise situacional permite identificar a ação dos indivíduos frente ao mundo social do qual são membros, no sentido de perceber na ação a capacidade de o indivíduo de subverter a ordem estruturalmente imposta em seu benefício próprio (BOURDIEU, 2000).

¹³ Para Geertz, a cultura é um sistema semiótico, uma teia de significados na qual todos estão enredados e a partir da qual é possível interpretar a “fala do nativo”, simbolicamente sustentada em suas práticas sociais (GEERTZ 1989).

socialmente. Assim, a etnografia apresenta-se como uma prática interpretativa, bem como os demais campos de produção do conhecimento humano, produto de uma complexa hermenêutica orientada por teorias e práticas a partir das quais se produz a análise social.

A partir da observação do universo social no qual os agentes realizam suas práticas cotidianas, onde tecem suas vidas ao longo de um tempo, o(a) cientista social pode atingir “camadas” mais profundas da realidade social investigada (GEERTZ, 1989). Ao mesmo tempo, esse autor reforça que a profundidade atingida pela observação etnográfica resulta da qualidade da aproximação alcançada entre o(a) cientista social e o mundo social investigado, dessa relação de alteridade estabelecida em campo junto aos seus interlocutores principais. Estes não são apenas *um canal de contato* do etnógrafo com o mundo social sobre o qual busca estabelecer interpretações, mas sim seus principais intérpretes; trata-se dos agentes que fornecerão à narrativa etnográfica a interpretação em *primeira mão*, Geertz (1989), da cultura investigada, com um ponto de vista privilegiado.

Pode-se reconhecer que a prática de pesquisa etnográfica proporciona uma aproximação ou alinhamento entre distintas vozes em torno de um eixo comum. A “harmonização” entre essas constitui o veio da narrativa etnográfica, pois, embora a *voz do nativo* seja um elemento chave, ela é uma das várias componentes da construção da narrativa etnográfica. Componente no sentido de ser um dos muitos subprodutos de um acervo amplo de observações registradas, ao passo que a realização de entrevistas e todas as demais formas produção de dados dessa natureza só sejam possíveis após reflexões teóricas e levantamentos de dados feitos *a priori* pelo(a) pesquisador(a) social antes de ir a campo. Tal agente é quem faz a regência da narrativa final que é expressa por meio da criação de um material iconográfico (GEERTZ, 1989). Reitere-se, a qualidade da interpretação dos relatos obtidos por meio de entrevistas e de encontros registrados em áudio ou em anotações de campo dependerá da natureza e da qualidade da aproximação alcançada pelo(a) cientista social em relação ao mundo social que intenciona conhecer. Esse aspecto, que caracteriza e qualifica a realização da pesquisa etnográfica neste trabalho, apresenta-se como um recurso utilizado durante o levantamento e a interpretação dos relatos biográficos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar as possibilidades de discussão e aplicação do conceito abordado aqui, é importante destacar o pressuposto de que o conhecimento é válido sim, se registrado por meio de relatos e de entrevistas e que, em geral, toda pessoa tem uma capacidade cognitiva relativamente semelhante e por isso é capaz de estruturar racionalmente sua ação e seu discurso a partir do modo como vive, dos seus repertórios de ação. Por exemplo, o que tem a dizer um apenado com relação à sociedade interessa ao conhecimento social, o que ele tem a dizer sobre si mesmo também. O mesmo pode se aplicar à pesquisa de trajetórias com sujeitos usuários compulsivos de *crack*, de álcool, de drogas químicas produzidas por laboratórios farmacêuticos ou informais.

Ao mesmo tempo, reconhece-se que cada ator, cada indivíduo, é também suficientemente inacessível, racionalmente, às intenções e aos interesses do(a) pesquisador(a) social. Desse modo, o conhecimento produzido pelo pesquisador social configura-se como um quadro interpretativo, e não como uma verdade absoluta. Isso corrobora a validade do conhecimento representado pelo conceito de *trajetória de vida*. E, todo esse processo de construção do conhecimento fundamenta-se na dimensão da experiência que envolve desde as leituras prévias de caráter teórico, como as práticas de pesquisa e o modo como são registrados os eventos e, por fim, o modo como se traduz numa narrativa final, a escrita de um material iconográfico, expresso sobremaneira pela linguagem escrita. Por fim, não se trata de *reinventar a roda*, mas sim de colocá-la em movimento tendo como perspectiva um determinado *terreno* no tempo *atual*.

REFERÊNCIAS

- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: um livro sobre a sociologia do conhecimento, 1999.
- BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida**. Barcelona (ESP): Bellaterra, 2005.
- BERTAUX, Daniel. A vingança do curso de ação contra a ilusão cientificista. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 250-271, maio-ago, 2014.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão bibliográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Esboço de Uma Teoria da Prática**: precedido de três estudos da etnologia Cabila. Oeiras, Celta Editora, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo, Perspectiva, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, Pierre. (Org.) **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 159-66.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, SP, v.39, n.1, p.13-37, 1996.
- CARLOS SILVA, Manuel. **Classes Sociais**. Condição Objectiva, Identidade e Acção Colectiva. Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2009.
- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CONDE, Idalina. Falar da vida (I). **Sociologia - Problemas e práticas**, nº 14, 1993. Disponível em: < <http://sociologiapp.iscte.pt/fichaartigo.jsp?pkid=265> >. Acesso em: 02 Jun.2015.
- CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. São Paulo: EDUSC, 2001.
- FERREIRA, Vítor S; NUNES, Cátia. Transições para a idade adulta. In: PAIS, José Machado; FERREIRA, Victor Sérgio (Ed.). **Tempos e Transições de Vida**: Portugal ao Espelho da Europa. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p.39– 67, 2010.
- GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. **Obras e Vidas**: o antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo, Livraria Martins Fontes, 1989.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Dualidade da Estrutura – Agência e Estrutura**. Oeiras: Celta, 2000.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Tema, método e objetivo desta pesquisa. In: Malinowski. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Victor Civita, 1984.
- MARINHO, Marco Antônio Couto. **Vida Social na Marginal**: Trajetórias juvenis na periferia metropolitana de Belo Horizonte. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. (Tese de Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Belo Horizonte, 2016.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- PAIS, José Machado., Ferreira, Victor Sergio. (Eds.). **Tempos e transições de vida**: Portugal ao espelho da Europa. Lisboa: ICS, 2010.
- PAIS, José Machado. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses e novos modos de vida. **Análise Social**, vol 26, n.5º, Lisboa, 945-987, 1991.

- PAIS, José Machado. A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.18, n.3, p.371-381, 2009.
- PAIS, José Machado; BENDIT, René; FERREIRA, Victor Sérgio. **Jovens e rumos**. Lisboa. ICS, 2011.
- PERREN, Joaquín. Enfoque biográfico: aproximaciones teóricas, herramientas metodológicas y potencialidad en los estudios regionales. **Revista Argentina de Humanidades y Ciencias Sociales**, Buenos Aires, vol 10, n.2. 2012. Disponível em: < http://www.sai.com.ar/metodologia/rahycs/rahycs_v10_n1_04.htm >. Acesso em: 07 Jun.2015.
- ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada. **Civitas**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 227-249, maio-ago. 2014.
- ROSENTHAL, Gabriele. Biographical method: biographical research. In: SEALE, Clive; *et all* (Orgs.). **Qualitative research practice**. London: Sage, 2004. p. 48-64.
- SANTOS, Hermílio; OLIVEIRA, Patrícia; SUSIN, Priscila. Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira. **Civitas**, Porto Alegre, volume. 14, nº 2, p. 359-382, maio-ago, 2014.
- SCHUTZ, Alfred. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- SOUZA, Jessé. **Os batalhadores Brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- WACQUANT, Loïc. Esclarecer o Habitus. **Educação & Linguagem**, São Paulo, Ano 10,n.16. 2007, p.63-71.
- WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, vol.26. p.13-29, jun. 2006.